

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE (RE)PRODUÇÃO DA HOMOFOBIA: UMA ANÁLISE NETNOGRÁFICA NO INSTAGRAM

Recebido em: 04/03/2025

Aceito em: 24/07/2026

DOI: 10.25110/educere.v26i1.2026-11977



Francisco Jefferson Camelo Matos ¹
Socorro Taynara Araújo Carvalho ²
José Antônio dos Santos Filho ³
Francisca Bruna Pereira Farias ⁴

RESUMO: Este estudo analisa como a escola pode atuar como espaço de (re)produção da homofobia, a partir de uma investigação netnográfica de publicações na rede social Instagram. O objetivo é compreender de que forma os discursos presentes na plataforma evidenciam experiências de discriminação, exclusão e violência contra estudantes LGBTQIAPN+ no contexto escolar. O corpus da pesquisa é composto por postagens que apresentam relatos e notícias sobre episódios de homofobia envolvendo adolescentes, evidenciando violações de direitos e práticas de preconceito no ambiente educacional. A análise dos dados foi realizada com base na Análise Crítica do Discurso (ACD), possibilitando a construção de duas categorias analíticas: corpos dissidentes: interseccionalidade e opressões múltiplas e intolerância na escola: a violência sob a lógica conservadora. Os resultados indicam que, embora a escola deva constituir-se como espaço de acolhimento e promoção da cidadania, frequentemente reproduz práticas e discursos que reforçam violências homofóbicas.

PALAVRAS-CHAVE: Escola; Homofobia; Instagram; Interseccionalidade.

SCHOOL AS A SPACE FOR THE (RE)PRODUCTION OF HOMOPHOBIA: A NETNOGRAPHIC ANALYSIS ON INSTAGRAM

ABSTRACT: This study analyzes how the school can act as a space for the (re)production of homophobia through a netnographic investigation of posts published on the social media platform Instagram. The objective is to understand how the discourses present on the platform reveal experiences of discrimination, exclusion, and violence against LGBTQIAPN+ students in the school context. The research corpus consists of posts that report and share news about episodes of homophobia involving adolescents,

¹ Graduado em Psicologia pela Faculdade de Educação da Ibiapaba-FAEDI.

E-mail: matosjefferson651@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1307-3449>

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará.

E-mail: taynaracarvalhopsi@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4886-6706>

³ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor na Faculdade de Educação da Ibiapaba-FAEDI.

E-mail: jantfilho20@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7329-6784>

⁴ Mestre em Psicologia e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará- Campus Sobral (2023). Professora do curso de Psicologia da Faculdade de Educação da Ibiapaba (FAEDI).

E-mail: brunafariaspsicologa@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2973-5070>

highlighting violations of rights and practices of prejudice within the educational environment. Data analysis was conducted based on Critical Discourse Analysis (CDA), enabling the construction of two analytical categories: dissident bodies: intersectionality and multiple oppressions and intolerance in school: violence under a conservative logic. The results indicate that, although schools should function as spaces of inclusion and citizenship promotion, they often reproduce practices and discourses that reinforce homophobic violence.

KEYWORDS: School; Homophobia; Instagram; Intersectionality.

LA ESCUELA COMO ESPACIO DE (RE)PRODUCCIÓN DE LA HOMOFOBIA: UN ANÁLISIS NETOGRAFICO EN INSTAGRAM

RESUMEN: Este estudio analiza cómo la escuela puede actuar como un espacio de (re)producción de la homofobia a partir de una investigación netnográfica de publicaciones en la red social Instagram. El objetivo es comprender de qué manera los discursos presentes en la plataforma evidencian experiencias de discriminación, exclusión y violencia contra estudiantes LGBTQIAPN+ en el contexto escolar. El corpus de la investigación está compuesto por publicaciones que presentan relatos y noticias sobre episodios de homofobia que involucran a adolescentes, evidenciando violaciones de derechos y prácticas de prejuicio en el ambiente educativo. El análisis de los datos se realizó con base en el enfoque de Análisis Crítico del Discurso (ACD), lo que permitió la construcción de dos categorías analíticas: cuerpos disidentes: interseccionalidad y opresiones múltiples e intolerancia en la escuela: la violencia bajo la lógica conservadora. Los resultados indican que, aunque la escuela debería constituirse como un espacio de acogida y promoción de la ciudadanía, con frecuencia reproduce prácticas y discursos que refuerzan las violencias homofóbicas.

PALABRAS CLAVE: Escuela; Homofobia; Instagram; Interseccionalidad.

1. INTRODUÇÃO

O termo homofobia foi apresentado como um neologismo pelo psicólogo George Weinberg, em 1972, ao reunir dois radicais gregos *homo* (semelhante) e *phobos* (medo) para designar sentimentos negativos direcionados às pessoas homossexuais e às homossexualidades. Embora o conceito tenha passado por atualizações ao longo do tempo, ainda carrega influências do discurso clínico medicalizante, que historicamente associou comportamentos e orientações sexuais dissidentes a uma psicopatologia. Nesse sentido, a homofobia pode ser compreendida como um conjunto de emoções socialmente construídas e interpretadas como negativas, tais como desconforto, medo, ódio, aversão, desprezo ou desconfiança em relação às pessoas homossexuais ou àquelas que não se conformam às normas heterossexuais dominantes (Junqueira, 2009).

A partir dessa compreensão, é possível afirmar que a homofobia constitui um fenômeno social que afeta indivíduos que não performam a heteronormatividade, os quais frequentemente são estigmatizados, violentados e excluídos, tendo seus direitos enquanto

cidadãos violados. Esse processo atravessa diferentes espaços sociais, incluindo a escola, onde estudantes que não se enquadram em padrões normativos de gênero e sexualidade podem tornar-se alvo de bullying e de outras formas de violência. Tais experiências podem impactar significativamente a construção da identidade e o desenvolvimento psicossocial desses sujeitos (Rocha *et al.*, 2022; Gomes *et al.*, 2023).

Historicamente, no século XX, estudos desenvolvidos no campo da psicologia e da psiquiatria classificaram a homossexualidade como uma patologia. Nas duas primeiras edições do manual diagnóstico da *American Psychiatric Association*, atualmente conhecido como *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, utilizava-se o termo “homossexualismo”, enquadrado inicialmente como transtorno de personalidade e, posteriormente, como transtorno de identidade sexual. Essa classificação contribuiu para a consolidação de um estigma social que, em diferentes formas, ainda persiste na contemporaneidade (Junqueira, 2009).

A homofobia presente na sociedade reflete-se também no ambiente educacional, por vezes de maneira intensificada entre estudantes que se encontram em fases de experimentação social e de testagem de limites. Nesse contexto, reproduzem-se normas que tratam a sexualidade como um tema tabu, frequentemente marcado por mitos, silenciamentos e construções individuais decorrentes da ausência de informação e de espaços institucionais de diálogo. Cabe destacar que as pesquisas sobre homofobia nas instituições educacionais são relativamente recentes. No Brasil, foi apenas a partir da primeira década do século XXI que começaram a ser publicados estudos científicos que abordam essa temática de forma mais sistemática (Vieira; Gherardi; Severo, 2018; Barreto *et al.*, 2019).

Ao analisar a violência por meio de dados empíricos, o relatório Dossiê Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil - 2023 (Gastaldi; Benevides; Coutinho, 2023) evidencia a gravidade do cenário brasileiro. Segundo o documento, travestis e mulheres trans constituem o grupo mais atingido, representando 61,74% dos casos registrados, com 142 mortes, o que corresponde a 87% das ocorrências de violência contra a população LGBTI+. Homens gays aparecem como o segundo grupo mais afetado, com 59 mortes (25,65%). Também foram registrados casos envolvendo homens trans e pessoas transmasculinas (13 mortes, 5,65%), mulheres lésbicas (7 mortes, 3,04%), pessoas não binárias (1 morte, 0,43%) e indivíduos identificados em outros segmentos da população LGBTI+ (8 mortes, 3,48%).

Ao refletir sobre os processos de construção identitária de jovens gays e lésbicas, torna-se fundamental que educadores e educadoras considerem a ampla presença de representações da homossexualidade na cultura popular contemporânea, bem como os significados que essas representações podem assumir nas disputas por reconhecimento, pertencimento e direitos civis. Partindo do princípio de que essas identidades devem ser acolhidas, valorizadas e fortalecidas no ambiente escolar, torna-se possível oferecer aos adolescentes maior segurança e bem-estar, especialmente quando a escola se constitui como um espaço de escuta, acolhimento e respeito à diversidade (Barreto *et al.*, 2019).

Estudar a homofobia no contexto escolar é essencial para compreender as múltiplas formas de violência que atingem estudantes LGBTQIAPN+ e comprometem seu desenvolvimento acadêmico, emocional e social. Quando essa análise é ampliada para as redes sociais, o estudo adquire um caráter inovador, uma vez que esses ambientes digitais passaram a funcionar como extensões simbólicas do espaço escolar. Nesses territórios virtuais, violências como o bullying, os discursos de ódio e a discriminação podem se reproduzir de maneira intensa e, muitas vezes, com baixa responsabilização.

Nesse sentido, a internet, especialmente por meio das redes sociais, configura-se, assim, como um novo espaço de sociabilidade juvenil, tornando-se simultaneamente um campo de manifestação de preconceitos e um meio de denúncia pública dessas violações. Compreender como tais dinâmicas se articulam no meio digital torna-se, portanto, fundamental para a construção de estratégias educativas mais eficazes, capazes de promover o respeito à diversidade e de combater práticas discriminatórias tanto no espaço físico da escola quanto em seus desdobramentos virtuais.

Diante desse cenário, o presente estudo propõe investigar como a escola atua como espaço de (re)produção da homofobia, a partir da análise de publicações na rede social Instagram. Parte-se da seguinte questão norteadora: de que forma as experiências de homofobia escolar são narradas e debatidas publicamente nessa plataforma digital? Para responder a essa questão, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na netnografia e na Análise Crítica do Discurso (ACD), com o objetivo de compreender de que modo os discursos presentes nessas publicações evidenciam práticas de exclusão, violência e silenciamento no cotidiano escolar.

2. METODOLOGIA

O presente estudo possui abordagem qualitativa. Segundo Creswell (2021), a pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos sociais a partir de múltiplas perspectivas, mobilizando diferentes formas de conhecimento e estratégias metodológicas de coleta e análise de dados. Nesta pesquisa, optou-se pela utilização da netnografia como estratégia metodológica, possibilitando a coleta de dados a partir de publicações realizadas na rede social Instagram.

A busca das postagens foi realizada por meio da ferramenta de pesquisa da própria plataforma, utilizando o termo “homofobia na escola” e hashtags relacionadas ao tema. A netnografia consiste em uma adaptação dos princípios da etnografia para o contexto digital, permitindo a investigação de interações, discursos e práticas culturais que emergem em ambientes virtuais. De acordo com Kozinets (2014), esse método baseia-se na observação participante em ambientes on-line, utilizando interações mediadas por computador como fonte de dados para compreender fenômenos culturais e sociais que se desenvolvem nas comunidades digitais.

Considerando a amplitude do Instagram, foram estabelecidos critérios específicos para a seleção das publicações analisadas. Como critérios de inclusão, definiram-se: (a) postagens produzidas no contexto brasileiro; (b) publicações que abordem explicitamente a temática da homofobia no ambiente escolar; (c) conteúdos publicados entre os anos de 2019 e 2024; (d) postagens relacionadas à denúncia ou ao debate sobre casos de homofobia na escola; e (e) publicações voltadas ao enfrentamento da homofobia no contexto educacional. Como critérios de exclusão, foram considerados: (a) conteúdos que não se relacionassem com o tema da pesquisa; (b) publicações fora do recorte temporal estabelecido; e (c) postagens de origem internacional.

A partir desses critérios, foram selecionadas 7 publicações, que compuseram o corpus de análise da pesquisa. A escolha das postagens considerou a relevância temática, a recorrência do debate sobre homofobia no ambiente escolar e a presença de narrativas que evidenciassem experiências de discriminação, violência ou resistência no contexto educacional.

Para a análise e interpretação dos dados, utilizou-se a Análise Crítica do Discurso (ACD), essa abordagem considera o discurso como uma prática social, permitindo examinar como linguagem, imagens e outros recursos semióticos participam da construção de significados e da reprodução de relações de poder. O processo de análise

foi desenvolvido em três etapas. Na primeira etapa, realizou-se uma leitura exploratória das publicações selecionadas, buscando identificar conteúdos relacionados à temática da pesquisa. Na segunda etapa, procedeu-se à identificação de padrões discursivos presentes nas postagens, considerando elementos linguísticos, simbólicos e contextuais. Por fim, na terceira etapa, foram construídas categorias analíticas que permitiram interpretar os discursos identificados nas publicações, resultando na organização das categorias temáticas discutidas ao longo do estudo (Fairclough; De Melo, 2012).

Por fim, ressalta-se que a pesquisa adotou cuidados éticos no tratamento dos dados coletados, buscando resguardar informações que possam identificar indivíduos ou perfis específicos. Desse modo, as publicações analisadas foram utilizadas apenas para fins acadêmicos, preservando a privacidade dos sujeitos envolvidos. Além disso, destaca-se que as legendas presentes nas postagens foram elaboradas pelos próprios autores das publicações, refletindo interpretações relacionados aos conteúdos compartilhados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos dados, emergiram duas categorias analíticas: corpos dissidentes: interseccionalidade e opressões múltiplas e intolerância na escola: a violência sob a lógica conservadora. Durante a etapa inicial de coleta de dados, observou-se a baixa incidência de publicações no Instagram associadas à hashtag #homofobiaescola. Diante dessa limitação, optou-se por realizar a busca diretamente pelo termo “homofobia na escola”, sem a utilização de hashtags. A partir desse procedimento, foram identificadas publicações que abordavam experiências, denúncias e debates relacionados à homofobia no contexto escolar, possibilitando a constituição do corpus analítico da pesquisa. A Tabela 1 apresenta as sete postagens selecionadas para análise, indicando a data de publicação, o perfil responsável pela postagem e a data de acesso ao conteúdo.

Tabela 1: Informações sobre as postagens selecionadas

Postagem	Data da Publicação	Nome do Perfil	Data do acesso à publicação
Postagem 01	14/08/2024	@sitemundonegro	23/10/2024
Postagem 02	25/08/2024	@rafaaagonz	23/10/2024
Postagem 03	23/09/2024	@logay	23/10/2024
Postagem 04	29.09.2022	@jornaloglobo	23/10/2024
Postagem 05	19/10/2019	@adventistasubversivo	23/10/2024
Postagem 06	15/08/2022	@midianinja	23/10/2024
Postagem 07	15/09/2024	@jornaloglobo	23/10/2024

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

3.1 Corpos Dissidentes: interseccionalidade e opressões múltiplas

Durante a análise das publicações, torna-se evidente que muitas das violências homofóbicas direcionadas a adolescentes não ocorrem de forma isolada, mas encontram-se entrelaçadas com outras formas de opressão, como o racismo, a gordofobia e as desigualdades de classe social. Esses marcadores sociais da diferença são fundamentais para a compreensão interseccional do fenômeno, uma vez que revelam como múltiplas formas de violência se articulam e potencializam os efeitos da exclusão e da marginalização vivenciadas por sujeitos que ocupam posições sociais subalternizadas.

Nesse sentido, Crenshaw (1995) conceitua a interseccionalidade como uma ferramenta analítica capaz de compreender como diferentes sistemas de opressão como raça, gênero e classe operam de maneira simultânea nas relações sociais. Para a autora, tais dimensões não podem ser analisadas isoladamente, uma vez que se interpenetram e produzem formas específicas de desigualdade e vulnerabilidade social. Ainda que essas relações de poder nem sempre se manifestem de maneira explícita, seus efeitos atravessam as experiências cotidianas e influenciam profundamente as formas de inserção social dos indivíduos.

Além disso, a interseccionalidade leva-nos a refletir sobre de que forma a sobreposição de “categorias de raça, classe, sexualidade, gênero, deficiências etc., produz eixos de subordinação em nosso cotidiano, além de nos instigar a traçar múltiplas estratégias de enfrentamento desses processos de subordinação que perfazem os processos sociais e psicológicos” (Silva, 2024, p. 2).

No contexto brasileiro, estudos indicam que o racismo frequentemente se manifesta de forma velada, contribuindo para a reprodução de desigualdades estruturais. Nesse sentido, Sousa Lima, Moura Jr. e Carvalho (2023) apontam que, embora nem sempre seja explicitamente declarado, o racismo está profundamente vinculado às estruturas sociais e institucionais que mantêm a exclusão histórica da população negra, reforçando hierarquias raciais e limitando o acesso a direitos e oportunidades.

Além disso, a dimensão de classe também se apresenta como elemento relevante na análise das desigualdades sociais. Conforme argumentam Marx e Engels (1998), as relações entre as classes sociais constituem um dos principais motores da organização histórica das sociedades. A partir dessas relações emergem conflitos entre classes dominantes e classes dominadas, que moldam as estruturas econômicas e sociais. Nesse sentido, as desigualdades de classe persistem na medida em que se sustentam em sistemas

econômicos que privilegiam a acumulação de capital em detrimento das condições de vida da classe trabalhadora.

Diante desse cenário, Grunvald (2021) destaca que os chamados corpos dissidentes são aqueles que expressam, por meio de suas existências, rupturas com os padrões normativos que regulam gênero, sexualidade e identidade. Esses corpos revelam transformações sociais e subjetivas, constituindo formas de resistência política e cultural frente às tentativas de controle e normalização das diferenças. Ao desafiar modelos hegemônicos de masculinidade, feminilidade e sexualidade, os corpos dissidentes reivindicam visibilidade, reconhecimento e o direito de existir fora dos limites impostos por uma sociedade que frequentemente marginaliza aquilo que escapa às normas estabelecidas.

A notícia apresentada na Figura 1 ilustra uma das muitas realidades que ocorrem cotidianamente no Brasil: a história de um jovem negro e gay que, em razão de sua cor e orientação sexual, foi alvo de estigmatização em um espaço que deveria promover acolhimento, respeito e proteção a escola. Na legenda da publicação analisada, observa-se a denúncia das agressões sofridas pelo estudante, bem como críticas à omissão institucional diante das práticas de violência presentes no ambiente escolar. A recorrência das violências, manifestadas por meio de práticas de bullying e discriminação, contribuiu para o agravamento do sofrimento psíquico, culminando em um ato de morte autolesiva. Tal situação evidencia a gravidade das consequências do preconceito e da exclusão social.

Conforme aponta Martins e Pretto (2023), comportamentos autolesivos podem estar associados a experiências intensas de sofrimento psíquico não escutado, nas quais o sujeito vivencia sentimentos de desamparo e invisibilidade, sem encontrar espaços de acolhimento e reconhecimento de sua alteridade. Pois, “sujeitos afeminados, homossexuais ou não, que escapam da regra cis heteronormativa, mesmo que queiram, não conseguem abrigo e continuam expostos a formas variadas de perseguição e interdição” (Oliveira, 2017, p. 146).

Assim, a análise das publicações evidencia que a escola, embora seja um espaço social destinado à formação cidadã e à promoção de valores de convivência democrática, pode também atuar como ambiente de reprodução de violências interseccionais. Nesse contexto, preconceitos relacionados à sexualidade, raça e classe se articulam na produção de processos de exclusão que afetam diretamente a experiência escolar de estudantes

LGBTQIAPN+, especialmente aqueles que ocupam posições sociais historicamente marginalizadas.

Figura 1: Postagem 1 - Muro do Silêncio



Fonte: Instagram - @sitemundonegro, 2024.

Evidencia-se que vivemos em uma sociedade na qual as violências relacionadas à raça, gênero e sexualidade ainda se apresentam de forma estrutural e persistente, impactando profundamente as vítimas em múltiplas dimensões de suas vidas, como a emocional, a social, a educacional e a econômica. O contexto social em que essas pessoas estão inseridas, frequentemente atravessado por processos históricos de exclusão e por dificuldades concretas de acesso a direitos, torna ainda mais desafiadora a superação de paradigmas discriminatórios e a promoção da equidade. Nesse sentido, o enfrentamento dessas violências exige não apenas ações individuais, mas também iniciativas coletivas e institucionais capazes de transformar práticas e discursos que historicamente naturalizam a marginalização e a desigualdade social (Sousa Lima *et al.*, 2023).

O caso apresentado na Figura 1 chama atenção, especialmente, por ter ocorrido em uma escola privada, o que evidencia que, mesmo em contextos socioeconômicos considerados privilegiados, essas violências continuam presentes. Tal situação demonstra que formas estruturais de opressão, como o racismo e a LGBTfobia, ultrapassam barreiras de classe social, revelando a profundidade dessas desigualdades na organização da sociedade. Dessa forma, o preconceito e a discriminação não podem ser compreendidos apenas como atitudes individuais, mas como fenômenos socialmente produzidos e sustentados por estruturas históricas de poder que perpetuam desigualdades relacionadas à raça, gênero e sexualidade (Crenshaw, 1995).

Nos comentários da publicação analisada, observa-se a manifestação de indignação por parte dos usuários, que expressam críticas à instituição escolar e questionam a ausência de medidas efetivas para prevenir ou enfrentar situações de violência entre estudantes. Muitos comentários ressaltam que a escola, enquanto espaço que deveria promover inclusão, respeito e acolhimento, falhou em garantir a proteção e o cuidado integral de seus alunos, contribuindo, ainda que indiretamente, para a perpetuação dessas violências.

Nesse sentido, como aponta Firmino (2022), a escola, inserida em uma lógica capitalista neoliberal, pode acabar reproduzindo desigualdades estruturais ao priorizar modelos educacionais voltados à produtividade e ao desempenho. Esse tipo de racionalidade tende a reforçar uma educação de caráter mercantilista, que privilegia resultados e indicadores, em detrimento da construção de ambientes escolares mais inclusivos e comprometidos com os direitos e as necessidades de grupos historicamente marginalizados.

Figura 2: Postagem 2 - Cores Ocultas



Fonte: Instagram - @rafaaagonz, 2024.

A postagem 2 expõe, em tom de denúncia e repúdio, o caso de um adolescente de 14 anos que foi vítima de homofobia em sua escola. Antes de cometer suicídio, o jovem deixou um áudio no qual relatava as violências sofridas no ambiente escolar, mencionando não apenas as agressões direcionadas a ele, mas também situações semelhantes vivenciadas por outros estudantes naquele mesmo espaço. A publicação, entretanto, não informa se a instituição escolar adotou alguma posição oficial ou medida institucional diante do ocorrido.

A homofobia no contexto escolar afeta diretamente a saúde mental de jovens, de modo que as violências sofridas podem produzir marcas profundas e, muitas vezes, duradouras. Meyer (2003) destaca que a discriminação baseada na orientação sexual exerce impactos significativos sobre a saúde mental, uma vez que experiências recorrentes de rejeição e estigmatização estão associadas ao aumento de sintomas depressivos e ansiosos, ao estresse crônico, além de favorecer sentimentos de isolamento social e baixa autoestima. Esses efeitos tendem a se intensificar quando tais experiências ocorrem em espaços considerados fundamentais para o desenvolvimento social e emocional dos indivíduos, como a escola, transformando ambientes potencialmente formativos em espaços de insegurança e sofrimento.

Nos comentários da publicação analisada, observa-se uma expressiva manifestação de indignação por parte dos usuários da rede social, acompanhada de mensagens de solidariedade direcionadas à família da vítima e de críticas à ausência de medidas efetivas de enfrentamento da violência no ambiente escolar. Para além da homofobia, a publicação destaca que o jovem era negro e residente em área periférica, elementos que, segundo o viés interseccional (Crenshaw, 1995), intensificam a vulnerabilidade dos sujeitos a múltiplas formas de violência e exclusão social.

Nesse sentido, casos como o apresentado evidenciam que a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ permanece como uma realidade cotidiana no país, frequentemente intensificada por contextos sociais marcados por valores conservadores e por resistências à promoção de políticas de diversidade e inclusão. Embora importantes avanços tenham sido conquistados ao longo das últimas décadas no campo dos direitos humanos e do reconhecimento das identidades sexuais e de gênero, os desafios permanecem significativos sobretudo em instituições que deveriam garantir acolhimento, respeito e proteção, como a escola (Santos, 2016).

A publicação apresentada na Figura 3 denuncia outro caso de homofobia associado ao racismo no ambiente escolar. Na situação relatada, um adolescente de 14 anos foi alvo de mensagens ofensivas e insultos por parte de colegas da escola, evidenciando práticas de violência verbal e discriminação. A denúncia foi formalizada pela tia do jovem por meio de um boletim de ocorrência. No entanto, observa-se que a resposta institucional diante dos episódios de sofrimento vivenciados pelo estudante foi limitada. A única medida adotada pela escola consistiu em transferi-lo para outra sala, uma ação de caráter paliativo que não enfrenta as causas estruturais do problema. Tal

conduta evidencia a permanência de práticas escolares que, em vez de promoverem inclusão e responsabilização diante da violência, acabam por reforçar mecanismos de exclusão, deslocando a vítima da situação sem problematizar ou intervir nas dinâmicas discriminatórias presentes no ambiente escolar.

A análise dessas publicações revela que os discursos presentes nas redes sociais não apenas denunciam episódios de violência, mas também evidenciam tensões sociais mais amplas relacionadas às disputas em torno de gênero, sexualidade e raça no contexto educacional, mostrando como a escola pode se tornar um espaço de reprodução de desigualdades e silenciamento das diferenças.

Figura 3: Postagem 3 - Cicatriz Que Fala



Fonte: Instagram - @logay, 2024.

Dadico (2023) ressalta que a escola deve assumir um papel ativo na elaboração de estratégias voltadas ao enfrentamento das violências presentes no ambiente escolar, atuando diretamente sobre as estruturas que sustentam e reproduzem essas formas de opressão. Nesse sentido, Mantoan (2015) reforça que as instituições educacionais não podem se submeter a práticas excludentes, pois sua função social consiste em promover a inclusão e reconhecer a diversidade como um valor fundamental para a formação integral dos estudantes.

Em contraste com essa perspectiva, observa-se que a instituição escolar mencionada na publicação analisada não implementou práticas pedagógicas nem adotou condutas institucionais capazes de promover o respeito mútuo entre os estudantes. Tal ausência de intervenção revela uma negligência diante das situações de violência vivenciadas pelos jovens, contribuindo para o agravamento do sofrimento das vítimas. Embora a escola tenha divulgado uma nota de repúdio ao ocorrido, a resposta institucional demonstra que, na prática, a postura diante dessas violências permanece limitada e pouco transformadora. Essa conduta contraria os princípios da educação inclusiva, que

pressupõem a capacidade das instituições educacionais de reconhecer, acolher e dialogar com as diferenças, compreendendo-as como parte constitutiva da vida social (Mantoan, 2015).

Nos comentários da publicação analisada, observa-se uma ampla manifestação de apoio ao jovem e de reprovação à postura da escola. Muitos usuários expressam indignação diante da ausência de medidas concretas de enfrentamento da violência, evidenciando uma percepção coletiva de que a instituição falhou em garantir um ambiente seguro e acolhedor. Esses posicionamentos revelam, ainda, uma crítica mais ampla às práticas institucionais que, ao não enfrentarem de forma efetiva episódios de racismo e homofobia, acabam contribuindo para a naturalização dessas violências no cotidiano escolar. Dessa forma, observa-se que os discursos presentes nas publicações e nos comentários analisados não apenas denunciam episódios específicos de violência, mas também evidenciam tensões sociais mais amplas relacionadas à responsabilidade das instituições educacionais no enfrentamento das desigualdades e na construção de ambientes escolares efetivamente inclusivos.

Figura 4: Postagem 4 - Sombras da Exclusão



Fonte: Instagram - @jornalgloblo, 2024.

A postagem 4 relata um caso de homofobia associado a ataques gordofóbicos que se originaram a partir de agressões nas redes sociais. Atualmente, observa-se uma crescente incidência desse tipo de violência no ambiente virtual, onde ofensas e ataques são frequentemente banalizados como “brincadeiras”. No entanto, tais práticas configuram formas de violência simbólica que produzem sofrimento significativo nas vítimas. Nesse sentido, Recuero (2020) ressalta que a violência on-line tende a ocorrer de maneira velada, o que contribui para a normalização de posturas excludentes e discriminatórias, incluindo comportamentos homofóbicos e gordofóbicos. Esse tipo de agressão pode intensificar os impactos psicológicos sobre as pessoas atingidas,

comprometendo a construção identitária de jovens e afetando diretamente sua autoestima e seu senso de pertencimento social.

De acordo com Butler (2004), a homofobia impacta profundamente os processos de constituição da identidade, uma vez que indivíduos LGBTQIAPN+ frequentemente enfrentam experiências de estigmatização e exclusão social que dificultam o reconhecimento e a afirmação de suas próprias identidades. O medo da rejeição social, associado à internalização de discursos discriminatórios, pode gerar conflitos internos e comprometer o desenvolvimento de uma autoimagem positiva, bem como a construção de relações interpessoais mais seguras e saudáveis.

A escola, enquanto espaço fundamental para o aprendizado e para a formação cidadã, possui também a responsabilidade de atuar no enfrentamento do preconceito, promovendo um ambiente inclusivo e acolhedor. Entretanto, esse objetivo nem sempre é plenamente alcançado. Falhas estruturais e institucionais podem impedir que a escola funcione como um suporte efetivo para estudantes que vivenciam situações de discriminação e violência. Além disso, a ausência de políticas públicas claras e de ações educativas consistentes voltadas à prevenção dessas violências contribui para a manutenção de ambientes escolares excludentes, agravando as desigualdades e o sofrimento daqueles que deveriam encontrar na escola um espaço de proteção e respeito (Mantoan, 2015; Firmino, 2022).

Outro fator relevante refere-se ao impacto da gordofobia na construção identitária e na autoaceitação corporal. Ao impor padrões estéticos restritivos e valorizar determinados corpos em detrimento de outros, a sociedade produz mecanismos de exclusão que afetam diretamente sujeitos que não se enquadram nesses modelos normativos. Essa discriminação recorrente pode gerar consequências significativas para a saúde mental, incluindo baixa autoestima, sentimentos de inadequação e distorções na percepção da própria imagem corporal (Sousa Lima; Moura Jr.; Carvalho, 2023; Gomes *et al.*, 2023).

Nos comentários da publicação analisada, observa-se uma clara manifestação de indignação diante da violência relatada. Diversos usuários destacam o sofrimento duplo vivenciado pela vítima, que enfrenta ataques relacionados tanto à sua aparência corporal quanto à sua orientação sexual. Esse duplo estigma intensifica o sofrimento da jovem e evidencia a intersecção de diferentes formas de opressão que atravessam sua experiência

social, ampliando a magnitude dos impactos dessas violências em sua vida (Crenshaw, 1995).

A análise das publicações evidencia, portanto, a urgência de compreender as violências escolares a partir de uma perspectiva interseccional, que reconheça como marcadores sociais da diferença como raça, classe, gênero, sexualidade e corpo se articulam na produção de experiências complexas de exclusão e sofrimento (Crenshaw, 1995). Os casos analisados demonstram que as violências homofóbicas raramente ocorrem de forma isolada, sendo frequentemente intensificadas por fatores como racismo, gordofobia e desigualdades socioeconômicas, o que amplia a vulnerabilidade dos sujeitos dissidentes.

Além disso, observa-se que a atuação institucional das escolas diante dessas situações muitas vezes se mostra limitada ou ineficaz, restringindo-se a respostas superficiais ou meramente simbólicas. Tal postura acaba por reforçar a lógica excludente que já opera nas estruturas sociais mais amplas. Desse modo, ao negligenciar a escuta e o acolhimento das diferenças, a escola pode contribuir para a reprodução de um sistema normativo e disciplinador que busca silenciar ou invisibilizar aquilo que escapa aos padrões considerados socialmente aceitáveis (Gomes *et al.*, 2023).

3.2 Intolerância na Escola: A violência sob a lógica conservadora

Para Dadico (2023), a escola, enquanto instituição social, também exerce funções de controle que produzem e reproduzem desigualdades desde sua origem histórica. Ao longo do tempo, esse espaço passou a distinguir e classificar corpos a partir de critérios construídos conforme os interesses econômicos e políticos de cada período histórico, gerando processos de hierarquização e exclusão. Nessa mesma direção, Patto (2022) destaca que a escola carrega, em sua própria gênese histórica, mecanismos de separação e distinção entre grupos sociais. Segundo a autora, desde sua consolidação como instituição prestigiada no Ocidente moderno, o espaço escolar passou a estabelecer divisões simbólicas e materiais: separando adultos de crianças, católicos de protestantes, ricos de pobres, meninos de meninas, bem como estudantes considerados “superdotados” daqueles classificados como “fracassados”.

Historicamente, a educação formal foi estruturada para atender a uma parcela restrita da população, excluindo grupos considerados minoritários ou desviantes da norma social dominante, como pessoas negras, pobres e indivíduos que não seguiam a religião

cristã. Embora, ao longo do tempo, essas barreiras tenham sido contestadas e a escola tenha passado por processos de democratização e ampliação do acesso, a inclusão plena ainda está distante de ser alcançada. Nesse sentido, a escola frequentemente reproduz desigualdades estruturais presentes na sociedade, funcionando como um mecanismo de seleção social que prepara os indivíduos para um mercado de trabalho capitalista que demanda sujeitos considerados “adequados” aos seus interesses, perpetuando processos de exclusão e reforçando a lógica da desigualdade (Gomes *et al.*, 2023; Grunvald, 2021).

Dessa forma, determinadas violências e opressões tendem a se intensificar no contexto escolar. A lógica conservadora presente em muitas instituições reforça práticas que marginalizam sujeitos considerados “fora da norma”. Assim, a violência aparece “como negação do humano no outro, na medida em que atenta contra seu direito natural: a de ser autônomo, aumentada em perversidade, quando atravessada pela desigualdade social e poder do Estado” (Sawaia *et al.*, 2020).

Atitudes discriminatórias, em vez de serem problematizadas e combatidas, acabam sendo relativizadas ou naturalizadas, contribuindo para a consolidação de um ambiente educacional excludente que perpetua estigmas e desigualdades sociais (Gomes *et al.*, 2023; Grunvald, 2021). Torna-se fundamental a atuação de uma psicologia escolar crítica, comprometida com o enfrentamento dessas estruturas e inconformada com a reprodução do status quo, considerando as dimensões éticas, estéticas e políticas presentes no fazer educativo (Patto, 2022).

A Figura 5 apresenta um caso de homofobia ocorrido em um colégio de orientação adventista, no qual uma professora aplicou um questionário na disciplina de Língua Portuguesa contendo perguntas relacionadas à sexualidade, além de apresentar textos cujo conteúdo foi considerado sensível e problemático por parte de estudantes de uma turma do 9º ano.

Por se tratar de uma instituição escolar com base religiosa, é possível observar como, em determinados contextos, a doutrina pode influenciar a abordagem de temas relacionados à sexualidade e à diversidade. Essa influência pode contribuir para o apagamento de determinadas subjetividades ou para a transmissão de informações que não contemplam plenamente a pluralidade das experiências humanas. Contudo, é fundamental destacar que todas as instituições educacionais, independentemente de sua orientação religiosa ou filosófica, possuem o compromisso ético e pedagógico de

promover ambientes de respeito, diálogo e reconhecimento das diferenças presentes no espaço escolar (Mantoan, 2015).

Nos comentários da publicação analisada, observa-se a presença de um debate intenso entre diferentes posicionamentos. Parte dos usuários defende a postura da escola a partir de interpretações teológicas e argumentos ancorados em perspectivas conservadoras e no senso comum. Por outro lado, diversos comentários também destacam a importância do respeito à diversidade e da garantia dos direitos dos estudantes, ressaltando a necessidade de que o ambiente escolar seja um espaço de acolhimento e proteção. Nesse contexto, Dadico (2023) aponta que a escola, ao refletir valores e estruturas presentes na sociedade, pode acabar contribuindo para a padronização e exclusão de determinados corpos e identidades, evidenciando a influência de discursos conservadores que ainda atravessam muitas práticas educacionais.

Figura 5: Postagem 5 - Luz Fragmentada



Fonte: Instagram - @adventistasubversivo, 2024.

Na publicação 05, é exibido um vídeo no qual uma professora expressa opiniões com teor homofóbico, fundamentadas em argumentos de caráter moral e religioso. Esse tipo de discurso pode impactar negativamente o ambiente educacional, sobretudo entre jovens que se encontram em processo de descoberta e construção de sua sexualidade, os quais podem experimentar sentimentos de confusão, angústia e insegurança ao questionarem seus próprios desejos e identidades (Martins; Pretto, 2023).

Além disso, declarações dessa natureza contribuem para a reprodução de concepções equivocadas que comprometem a formação cidadã dos estudantes, ao transmitir a ideia de que práticas de desrespeito e discriminação podem ser legitimadas por crenças morais ou religiosas. Nesse sentido, a disseminação de discursos

discriminatórios no espaço escolar dificulta a construção de um ambiente educativo inclusivo, acolhedor e comprometido com o respeito à diversidade (Mantoan, 2015).

De acordo com Junqueira (2009), a presença de falas conservadoras no contexto escolar pode reforçar estigmas dirigidos à população LGBTQIAPN+, contribuindo para a manutenção de práticas discriminatórias e para a naturalização de violências simbólicas. Quando preceitos religiosos são mobilizados como justificativa para discursos excludentes, existe o risco de que a escola, em vez de promover o diálogo e o respeito às diferenças, passe a funcionar como um espaço de reprodução de desigualdades e opressões, dificultando a construção de uma convivência democrática.

Nos comentários da publicação analisada, observa-se a predominância de manifestações de crítica e repúdio ao comportamento da professora. Muitos usuários destacam a inadequação de tais posicionamentos no ambiente escolar e ressaltam a necessidade de que educadores atuem de forma ética e responsável na formação dos estudantes. Ainda assim, algumas manifestações expressam apoio às falas da docente, evidenciando a polarização social que ainda atravessa os debates sobre diversidade sexual e direitos da população LGBTQIAPN+ no contexto contemporâneo (Moura; Silva, 2023).

Figura 6: Postagem 6 - Eco da Intolerância



Fonte: Instagram - @midianinja, 2024.

A Figura 06 refere-se a um vídeo gravado por estudantes em sala de aula, no qual uma professora de inglês de uma escola municipal localizada no interior do estado de Goiás profere falas explicitamente homofóbicas, como: “se você é homem, foi feito para a mulher”, “ser homossexual é impuro” e “casamento LGBT não é natural”. O conteúdo

foi divulgado pelo perfil da Mídia Ninja em agosto de 2022, gerando ampla repercussão nas redes sociais e motivando denúncias por parte de entidades ligadas à defesa dos direitos humanos.

O conteúdo apresentado na figura expressa um discurso moral sustentado por uma perspectiva heteronormativa, que associa o que é considerado “correto” ao modelo tradicional de relação entre homem e mulher, classificando qualquer variação de orientação sexual como errada, impura ou antinatural. A fala da professora remete à ideia de que existiria um “destino natural” para os corpos no qual o homem teria sido feito para a mulher, deslegitimando a diversidade sexual e afetiva. Esse tipo de discurso reforça o regime de verdade da heterossexualidade compulsória e contribui para legitimar formas de violência simbólica direcionadas a sujeitos LGBTQIAPN+ (De Jesus Souza; Da Rocha; Da Silva, 2024).

A ocorrência desse tipo de discurso no ambiente escolar espaço que deveria promover a formação crítica, o respeito à diversidade e a garantia de direitos evidencia como a própria instituição educacional pode se tornar produtora de sofrimento ético-político, conceito desenvolvido por Sawaia (1999). Isso ocorre especialmente quando o espaço escolar passa a reproduzir violências estruturais, como a LGBTfobia. Nesse contexto, a tentativa de impor normas sexuais universais por parte da docente tende a constranger estudantes, silenciar subjetividades dissidentes e reforçar sentimentos de medo, exclusão e insegurança no ambiente escolar (De Jesus Souza; Da Rocha; Da Silva, 2024).

No vídeo e na legenda da publicação, observa-se que alguns estudantes reagiram com incômodo às falas da professora, questionando suas afirmações. Além disso, o caso motivou uma denúncia realizada pela Rede Nacional de Operadores LGBTQIA+, evidenciando que, apesar das manifestações de violência institucional, existem também mecanismos de resistência coletiva que buscam responsabilização e proteção dos sujeitos afetados. Esse episódio demonstra ainda a potência das redes sociais como espaços de denúncia e de visibilização de opressões que, muitas vezes, permanecem naturalizadas no cotidiano das instituições (Sawaia, 1999).

Figura 7: Postagem 7 - Máscaras Impostas



Fonte: Instagram - @planetafoda, 2024.

Na Figura 7, é apresentada uma denúncia de homofobia envolvendo uma professora em uma escola estadual. A notícia relata que a docente teria feito comentários homofóbicos direcionados a uma aluna lésbica, afirmando que seria um “desperdício” ela não gostar de homens e, com base em argumentos fundamentados em sua fé religiosa, classificando essa orientação como uma falha moral. Em decorrência da denúncia, o Ministério Público foi acionado, atuando na defesa da vítima e ressaltando que sua dignidade foi violada em razão de sua orientação sexual.

Moura e Silva (2023), ao discutirem a influência das instituições religiosas na construção social de conceitos relacionados a gênero e identidade, destacam que as formas como essas instituições abordam tais temas podem, em determinados contextos, reforçar normas tradicionais e limitar uma compreensão mais plural e inclusiva da diversidade no ambiente escolar.

Nos comentários da postagem analisada, observa-se uma forte reprovação à conduta da professora. Muitos internautas compartilham relatos pessoais de experiências semelhantes próprias ou vivenciadas por pessoas próximas evidenciando que situações de violência motivadas por orientação sexual são recorrentes no contexto escolar. Diversos comentários ressaltam ainda que, frequentemente, tais episódios são negligenciados pelas instituições responsáveis, enquanto os autores das violências permanecem impunes, o que reforça a percepção da necessidade urgente de ações institucionais mais efetivas no combate à homofobia nas escolas (Grunvald, 2021).

É importante destacar que, enquanto Estado laico, o Brasil garante a liberdade de crença e de expressão religiosa, conforme estabelecido no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que assegura a todos o direito à liberdade de pensamento, consciência e crença. Contudo, essa liberdade não pode se sobrepor aos direitos humanos fundamentais,

especialmente em instituições que também operam como espaços públicos de formação cidadã. Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a proteção integral de crianças e adolescentes, incluindo o direito ao respeito e à dignidade, enquanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos reforçam a necessidade de promover ambientes escolares inclusivos que reconheçam e respeitem a pluralidade cultural e a diversidade de identidades presentes na sociedade.

Nesse contexto, a Psicologia, ao se orientar pelos princípios dos direitos humanos e da justiça social, pode contribuir para a ressignificação das práticas escolares, intervindo de forma ética, estética e politicamente situada, conforme propõe Patto (2022). Dessa forma, a Psicologia deixa de ocupar uma posição meramente técnica de ajustamento individual e passa a constituir-se como ferramenta de resistência e de reinvenção da escola como espaço de cuidado, liberdade e pluralidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das publicações evidenciou que as violências no ambiente escolar especialmente aquelas relacionadas à homofobia, bifobia e transfobia permanecem frequentes e alarmantes. Observou-se que esses episódios raramente ocorrem de forma isolada, sendo frequentemente atravessados por outros marcadores sociais da diferença, como raça, classe e corpo, manifestando-se também em práticas racistas e gordofóbicas que intensificam o sofrimento dos jovens. Apesar da recorrência dessas situações, ainda são escassas as iniciativas institucionais efetivas voltadas ao enfrentamento dessas práticas e à promoção de ambientes escolares mais inclusivos e acolhedores.

Os resultados indicam que a violência no contexto escolar constitui um fenômeno complexo, atravessado por múltiplas opressões sociais que se articulam e se reforçam mutuamente. Muitos jovens relatam sentir-se desamparados tanto na escola que frequentemente falha em acolher a diversidade quanto no ambiente familiar, que nem sempre se configura como uma rede de apoio. Esse cenário reflete uma realidade social marcada por tensões entre avanços no reconhecimento da diversidade e a persistência de valores conservadores que dificultam a construção de relações baseadas no respeito, na dignidade e na igualdade de direitos. Torna-se, fundamental que a escola repense criticamente suas bases pedagógicas e institucionais, articulando ações educativas e políticas públicas voltadas à promoção dos direitos humanos e ao reconhecimento da diversidade.

DECLARAÇÃO SOBRE O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

Na elaboração deste manuscrito, foi utilizada a ferramenta de Inteligência Artificial generativa ChatGPT (OpenAI) exclusivamente como apoio à revisão linguística, organização textual e aprimoramento da redação acadêmica. A ferramenta não foi empregada na concepção da pesquisa, na definição do método, na coleta, análise ou interpretação dos dados. Todo o conteúdo foi revisado criticamente pelos autores, que assumem integral responsabilidade pelas análises, interpretações e versão final do artigo.

REFERÊNCIAS

BARRETO, D. J. *et al.* As violências (in) visíveis sofridas pelos homossexuais nas relações universitárias. **Educere - Revista da Educação da UNIPAR**, v. 19, n. 2, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRITZMAN, D. P.; SILVA, T. T. da. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CRENSHAW, K. *et al.* (ed.). **Critical race theory: the key writings that form the movement**. Nova York: The New Press, 1995.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Penso Editora, 2021.

DADICO, L. Violência escolar de gênero: uma abordagem teórico-crítica. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 32, n. 69, p. 78-89, 2023.

DE JESUS SOUZA, E.; DA ROCHA, E. P.; DA SILVA, E. F. Preconceito? presente! homofobia? presente! educação sexual? faltou, professor/a. **Revista Interação Interdisciplinar**, p. 41-62, 2024.

DE SOUSA LIMA, A. A. *et al.* Pobreza, raça e suas intersecções: uma revisão sistemática de literatura (2015-2021). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 4, p. 226-253, 2023.

DE SOUSA LIMA, A. A.; MOURA JR, J. F.; CARVALHO, S. T. A. A (des) construção racial e religiosa do umbandista: um estudo em uma cidade do Ceará. **Em Tese**, v. 20, n. 1, p. 89-112, 2023.

FAIRCLOUGH, N.; DE MELO, I. F. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FIRMINO, I. K. S. Neoliberalismo: escola como reprodutora das desigualdades. **Revista Inter-Ação**, v. 47, n. 1, p. 218-233, 2022.

GASTALDI, A. B. F.; BENEVIDES, B.; COUTINHO, G. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: dossiê 2022**. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

GOMES, L. E. S. *et al.* Os efeitos da violência escolar na saúde mental infanto-juvenil. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 10, p. 23908-23933, 2023.

GRUNVALD, V. Juventude periférica, gênero, sexualidade e violência de Estado: notas a partir de uma família LGBT na cidade de São Paulo. **Ponto Urbe: Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 28, 2021.

JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

KOZINETS, R. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

MAGNO DA SILVA, W. Interseccionalidade como horizonte primordial à psicologia social: reflexões sobre diversidade epistemológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 44, p. e266845, 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MARTINS, R. R.; PRETTO, Z. Efeitos da homofobia na saúde mental de jovens que se experienciam como homens homossexuais. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 19, p. 378-404, 2023.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 34, p. 7-46, 1998.

MEYER, I. H. Preconceito, estresse social e saúde mental em populações lésbicas, gays e bissexuais: questões conceituais e evidências de pesquisa. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 5, p. 674, 2003.

MOURA, C. H. G.; SILVA, P. F. Escola sem partido e conservadorismo moral: instrumentalização da religião, sexualidade e gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e250951, 2023.

OLIVEIRA, M. R. G. de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia**: uma introdução crítica à psicologia escolar. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2020.

ROCHA, J. B. A. *et al.* Ansiedade em Estudantes do Ensino Médio: Uma Revisão Integrativa da Literatura. **ID on-line**: Revista de Psicologia, v. 16, n. 60, p. 141-158, 2022.

SAWAIA, B. B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SAWAIA, B. B. *et al.* **Afeto & violência**: lugares de servidão e resistência. Embu das Artes: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2020.

VIEIRA, R. P.; GHERARDI, S. R. M.; SEVERO, M. F. S. Causas e consequências da homofobia na escola: uma revisão bibliográfica. **Multi-Science Journal**, v. 1, n. 10, p. 69-77, 2018.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Francisco Jefferson Camelo Matos: Concepção e desenho do estudo; revisão de literatura; aquisição de dados; análise e interpretação de dados; Elaboração do manuscrito.

Socorro Taynara Araújo Carvalho: Elaboração do manuscrito; revisão intelectual do manuscrito. Aprovação final da versão submetida à revista.

José Antônio dos Santos Filho: Elaboração do manuscrito; revisão intelectual do manuscrito. Aprovação final da versão submetida à revista.

Francisca Bruna Pereira Farias: Elaboração do manuscrito; revisão intelectual do manuscrito. Aprovação final da versão submetida à revista.